

Desindexação vai a plenário

GAZETA MERCANTIL

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), anunciou ontem que colocará na pauta de votações do Congresso, na próxima semana, o relatório da comissão mista que examinou a Medida Provisória da Desindexação, de autoria do senador Coutinho Jorge (PMDB-PA). O relatório não foi votado segunda-feira na comissão por causa de uma obstrução regimental das bancadas governistas, que não deram quórum para apreciação da matéria por não concordarem com as alterações propostas pelo relator, informou a Agência Brasil.

Lideranças governistas já adiantaram que o mesmo expediente será utilizado caso a

Medida Provisória chegue ao plenário do Congresso, argumentando que o projeto de conversão do relator põe em risco a estabilidade do Plano Real, além de ser considerado realimentador da inflação. Coutinho Jorge propõe uma indexação transitória dos salários, assegurando correção de 100% do INPC para os trabalhadores que ganham até três salários mínimos e de 80% do INPC para as faixas acima de três salários mínimos, na primeira data-base após o dia 15 de junho de 1995.

O líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), defende a reedição da Medida

Provisória, no próximo dia 29, possivelmente com algumas alterações propostas pelos parlamentares. Ele entende que a proximidade de datas-bases de categorias importantes como bancários e petroleiros, em setembro, propiciará um teste para a eficácia das propostas de desindexação e livre negociação salarial constantes na MP.

José Sarney disse, ao receber o relatório de Coutinho Jorge, que o Congresso não será omissor nem constituirá obstáculo aos anseios da sociedade brasileira. Coutinho Jorge explicou que o relatório é fruto dos debates promovidos com diversos segmentos sindicais, patronais, associa-

ção de magistrados e parlamentares. "Não aceitamos a proposta do governo, mas colocamos uma saída. Fizemos uma proposta de pé no chão. Não tem irresponsabilidade nem inconseqüência econômica, mas representa um trabalho conjunto", afirmou o relator.

Coutinho Jorge pediu que Sarney colocasse a matéria em votação antes da reedição, prevista para o dia 29, a fim de que o Legislativo tenha a oportunidade de debater o assunto. "Não vai ser por falta de participação do Congresso Nacional que essa matéria não será decidida. O Congresso não será omissor", insistiu José Sarney.